

## CULTURA OCEÂNICA E EPISTEMOLOGIAS DO MAR: A LUTA PELA VALORIZAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS DIANTE DAS POLÍTICAS CIENTÍFICAS E TECNOCRÁTICAS.

João Lucas Nascimento Moreira<sup>1</sup>, Iara Luzia Ferreira Soares<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Estudante do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – e-mail: joao.moreira3@estudante.ifto.edu.br

<sup>2</sup>Docente do Curso Técnico em Informática – IFTO. Orientador(a). e-mail: iara.soares@ifto.edu.br

### 1 INTRODUÇÃO

A cultura oceânica, frequentemente discutida sob a ótica das ciências naturais e da educação ambiental, vem ganhando espaço nas Ciências Sociais por meio de abordagens que valorizam os saberes tradicionais. Esses saberes, historicamente invisibilizados, compõem formas legítimas e dinâmicas de conhecimento sobre o oceano e sua complexa dinâmica, sendo fundamentais para populações costeiras, como pescadores artesanais, marisqueiras e povos tradicionais que habitam o litoral brasileiro. Além disso, a oralidade — como modo privilegiado de transmissão intergeracional — não apenas preserva esses saberes, mas configura-se como uma forma ativa de resistência cultural e produção contínua de conhecimento.

A problemática central deste trabalho está na tensão entre os conhecimentos científicos institucionais — promovidos por organismos como a UNESCO (2020) por meio do conceito de *ocean literacy* — e os saberes locais baseados na oralidade, experiência sensível e convivência multigeracional com o mar. Essa tensão evidencia a marginalização histórica dos saberes fora dos centros acadêmicos. A pesquisa busca compreender como esses conhecimentos dialogam ou se contrapõem às políticas públicas e ao conhecimento hegemônico. Do ponto de vista sociológico, o estudo insere-se em uma crítica às epistemologias dominantes, que frequentemente reproduzem o que Boaventura de Sousa Santos (2007) denomina “epistemologias do Norte”, negando a pluralidade e diversidade de saberes que coexistem em nosso país e mundo. Assim, investigar as epistemologias do mar configura-se também como um exercício de justiça cognitiva e ambiental, reconhecendo a multiplicidade de formas de conhecer o oceano.

Justifica-se esta pesquisa pela necessidade premente de valorizar conhecimentos populares que orientam práticas de sustentabilidade e preservação dos ecossistemas marinhos, frequentemente ignorados ou desconsiderados por políticas tecnocráticas e unilaterais. A discussão é contemporânea e urgente no contexto da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021–2030), promovida pela UNESCO (2020), que propõe integrar ciência, sociedade e políticas públicas para garantir o uso sustentável dos oceanos.

Este artigo tem como ponto central o reconhecimento dos saberes tradicionais sobre o oceano enquanto formas legítimas e plurais de produção de conhecimento, analisando sua relação dialógica e crítica com discursos científicos institucionais e com a formulação de políticas públicas voltadas à cultura oceânica.

## 2 OBJETIVO

Analisar a relação entre saberes tradicionais sobre o oceano e os discursos científicos institucionalizados, com foco em como esses conhecimentos dialogam ou se contrapõem às políticas públicas de cultura oceânica no Brasil, buscando identificar possibilidades e desafios para a construção de políticas inclusivas e interculturais.

## 3 MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho adotou uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, com revisão crítica da literatura em fontes acadêmicas e documentos institucionais. Foram selecionados artigos publicados nas revistas *Mana*, *Horizontes Antropológicos*, *Vibrant*, além de documentos oficiais da UNESCO sobre cultura oceânica e *ocean literacy*, considerando publicações entre 1995 e 2025 e foco em estudos brasileiros. O referencial teórico apoia-se nos conceitos de epistemologia do Sul, proposto por Boaventura de Sousa Santos (2007), e na antropologia dos saberes, discutida por autores como Viveiros de Castro e Geertz. Também foram consultados estudos etnográficos sobre comunidades pesqueiras e ribeirinhas do Brasil, especialmente os que destacam práticas cotidianas de interação com o mar — como a leitura das marés, os ciclos de pesca e os mitos que envolvem entidades marítimas (ex: Iemanjá).

A análise seguiu o método hermenêutico interpretativo, buscando compreender os significados atribuídos ao mar por diferentes grupos sociais e os modos como tais significados influenciam práticas culturais, resistências e possibilidades de diálogo diante da homogeneização do conhecimento científico ocidental.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura indica que os saberes tradicionais sobre o mar são construídos com base na experiência sensível, na observação acumulada e na convivência contínua com o ambiente marinho. Em diversas comunidades costeiras, o conhecimento da maré, dos ventos e das correntes não emerge de instrumentos científicos, mas de memória coletiva e oralidade intergeracional. Essa dimensão empírica, embora validada por sua eficácia prática, é frequentemente desconsiderada por políticas públicas que adotam exclusivamente a linguagem científica ocidental como critério de legitimidade.

A cultura oceânica promovida por órgãos como a UNESCO (2021), embora relevante, ainda apresenta forte viés técnico e pedagógico, muitas vezes pouco sensível à diversidade cultural e epistemológica das populações litorâneas. Há, portanto, um desafio epistemológico e político para que as políticas públicas se tornem verdadeiramente interculturais, incorporando os saberes tradicionais não como complementos, mas como parceiros legítimos na gestão e proteção dos oceanos. Casos estudados na literatura revelam que o envolvimento efetivo das comunidades locais na elaboração e implementação de projetos ambientais aumenta a aceitação e a efetividade das

medidas de proteção dos recursos marinhos. No entanto, a apropriação inadequada dos saberes tradicionais pela ciência pode levar a processos de expropriação cultural e epistemológica, ressaltando a necessidade de atenção ética e respeito aos direitos das populações.

Ademais, a presença de mitos e narrativas simbólicas sobre o mar, como a figura de Iemanjá nas religiões afro-brasileiras, indica que o oceano é também um espaço sagrado e identitário. Essas dimensões simbólicas e espirituais raramente são contempladas pelas políticas públicas, mas são centrais para a construção de uma cultura oceânica plural, democrática e que respeite a diversidade cultural. Portanto, a valorização dos saberes tradicionais não deve ser entendida como oposição à ciência, mas como uma ampliação e enriquecimento do campo de conhecimentos válidos sobre o mar, essencial para a justiça cognitiva, ambiental e para o desenvolvimento sustentável.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mostrou que os saberes tradicionais sobre o mar são formas legítimas e essenciais de conhecimento, importantes para a sustentabilidade dos ecossistemas marinhos e a cultura oceânica. Ainda assim, continuam marginalizados frente a políticas tecnocráticas e epistemologias hegemônicas. A pesquisa evidenciou que o diálogo entre ciência e oralidade é possível e desejável, desde que os saberes locais sejam reconhecidos como parceiros na construção de soluções oceânicas, por meio de políticas participativas, interdisciplinares e interculturais que respeitem os direitos das populações tradicionais.

Como limitação, o estudo não incluiu trabalho de campo, o que restringe a observação direta das práticas descritas. Pesquisas futuras devem priorizar a etnografia, entrevistas e a participação direta em comunidades litorâneas para aprofundar a análise e contribuir para políticas mais justas e efetivas.

Para que o diálogo intercultural entre ciência e saberes tradicionais seja efetivo, políticas públicas devem incorporar princípios de justiça cognitiva (SANTOS, 2007) e reconhecer os conhecimentos locais na gestão costeira. Conselhos gestores paritários e metodologias participativas, como etnociência e cartografia social, fortalecem o protagonismo comunitário e ampliam o repertório epistemológico das políticas ambientais. Experiências como o Projeto TerraMar (BRASIL, 2020; GIZ, 2020) e o Instituto Terramar (INSTITUTO TERRAMAR, 2025; UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, 2024) mostram que a inclusão ativa das comunidades aumenta a efetividade das ações de conservação. A replicação e o financiamento de iniciativas desse tipo em âmbito nacional podem consolidar uma gestão costeira mais democrática, dialógica, intercultural e sustentável.

## 6 AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento à pesquisa, ao Instituto Federal do Tocantins (IFTO) pelo apoio institucional e pela

infraestrutura disponibilizada, e à professora Yara Luzia Ferreira Soares, coordenadora do projeto, por sua orientação cuidadosa, incentivo constante e dedicação ao longo de todas as etapas desta investigação.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. *Justiça ambiental e construção do território*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2010. 248 p. Acesso em: 07 ago. 2025.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2000. 162 p. Acesso em: 09 ago. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2007. 824 p. Acesso em: 09 ago. 2025.

UNESCO. *Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021–2030): visão e objetivos*. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 12 ago. 2025.

UNESCO. *Cultura oceânica para todos: kit pedagógico*. Paris: UNESCO, 2020. 136 p. (COI. Manuais e guias, 80). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 12 ago. 2025.

VIBRANT – Virtual Brazilian Anthropology. *Revista da Associação Brasileira de Antropologia*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2000–. Disponível em: <https://www.vibrant.org.br>. Acesso em: 13 ago. 2025.

MANA – Estudos de Antropologia Social. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – UFRJ*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1995–. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana>. Acesso em: 10 ago. 2025.

HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, IFCH, PPGAS, 1995–. Quadrimestral. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/horizontesantropologicos>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Projeto TerraMar: gestão integrada da zona costeira e marinha*. Brasília: MMA, 2020. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/gestao-territorial/projeto-terramar/informativos-e-materias/itemlist/category/209-projeto-terramar.html>. Acesso em: 02 set. 2025.

GIZ. Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit. *Proteção e gestão integrada da biodiversidade costeira e marinha – Projeto TerraMar*. Eschborn: GIZ, 2020. Disponível em: <https://www.giz.de/en/worldwide/40476.html>. Acesso em: 03 set. 2025